



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

Alberti, Verena

Caminhos do conhecimento histórico

História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,

vol. 6, núm. 12, agosto, 2013, pp. 235-241

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597769679016>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

Caminhos do conhecimento histórico

Ways of historical knowledge

NEVES, Guilherme Pereira das. *História, teoria e variações*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Companhia das Índias, 2011, 325 p.

Verena Alberti

verena.alberti@fgv.br

Coordenadora de Documentação

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

Praia de Botafogo, 190 - 14º andar

22250-900 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Palavras-chave

Teoria da história; Iluminismo Católico; Conhecimento histórico.

Keywords

Theory of history; Catholic Enlightenment; Historical knowledge.

235

Recebido em: 22/11/2012

Aprovado em: 15/2/2013

A leitura do livro de Guilherme Pereira das Neves é muito apropriada num momento em que se discutem a regulamentação da profissão do historiador no Brasil e o lugar da disciplina história no currículo da educação básica.¹ Pois o livro é de um professor de história, produzido em diálogo com, e dedicado a seus alunos, os quais, segundo o autor, lhe proporcionaram “algumas das experiências profissionais mais enriquecedoras” que teve (NEVES 2011, p. 16). A proposta é que saímos dele diferente do que entramos (NEVES 2011, p. 16), como deveria acontecer diariamente com “cada cidadão da universidade”, de acordo com o cientista da computação Joseph Weizenbaum, autor da epígrafe que introduz a Abertura do livro (NEVES 2011, p. 11).

Aliás, as epígrafes e dedicatórias dos capítulos têm um papel importante aqui. Entre as últimas há nomes como o de Manoel Maurício de Albuquerque, professor por excelência, cujo *Atlas histórico* passou por muitas mãos nos bancos de escola, e o do professor de piano Evandro Ribeiro Rosa, “que me fez professor”, segundo Guilherme Pereira das Neves. As epígrafes também informam sobre o livro e cada um de seus capítulos. A que abre o volume é de autoria do sempre presente Marcel Proust, e dá conta da complexidade do que está por vir: o que historiadores procuram num livro, diz Proust em 1905, não é a verdade ela mesma, mas seu indício, sua prova, que torna possível outra verdade, decorrente da criação do historiador. A criação, aqui, não é menos verdade por ser criação. Ela é “produto da atividade teórica do historiador”, construída intelectualmente (NEVES 2011, p. 34, 38). O livro de Guilherme Pereira das Neves é um livro sobre o conhecimento histórico. Mas não só. Também é um livro que se pergunta sobre o que é o Brasil.

Aviso aos navegantes: ele não é fácil de ler. Mas esse é justamente um de seus ensinamentos: a história-problema (ao contrário da história-narração) não deve temer, entre outras coisas, tornar-se inacessível para leigos (NEVES 2011, p. 39). Essa questão é o cerne do primeiro capítulo, cuja primeira versão data dos anos 1980, mas que continua atualíssimo e muito útil para ser adotado nas cadeiras de introdução aos estudos históricos. Se, na história-narração (seja sobre vencedores, seja sobre vencidos, não importa), o objeto é real e o leitor tem a sensação de ter ampliado suas vivências, ainda mais porque baseado em fatos e personagens autênticos, na história-problema – evidentemente a que é preconizada por Guilherme Pereira das Neves –, o objeto deixa de ser real “e torna-se um objeto pensado”, resultado, como já foi dito, da atividade intelectual do historiador, que distingue, no objeto, “características que o tornam teoricamente relevante” (NEVES 2011, p. 38). Esse é um dos principais desafios do professor (e penso aqui também no professor de ensino básico): frente à história-narração, que cativa os alunos, como ensinar a pensar historicamente?

¹ Ambas as questões vêm sendo acompanhadas de perto pela Associação Nacional de História (Anpuh). O projeto de regulamentação da profissão de historiador foi aprovado no Senado no início de novembro de 2012, devendo ser avaliado pela Câmara em seguida. Já o debate sobre o ensino de história nas escolas do país foi objeto de reuniões recentes de representantes da Anpuh com a Capes, o MEC e o CNE. Ver Informe ANPUH - edição 26, ano 3, 15/11/2012, em <http://www.anpuh.org>.

Essa questão pode ser reconhecida no primeiro capítulo da parte prática, em que Guilherme Pereira das Neves reconstrói o percurso de sua tese de doutorado. (Como aprendemos na Abertura, o livro, composto de uma parte teórica e de uma parte prática, de temas e variações – daí seu título –, assemelha-se às variações duplas de Joseph Haydn, pois trata de um conjunto de reflexões que vão se tornando mais concretas e nítidas nos percursos da aplicação). O primeiro capítulo da parte prática revela como, do espanto provocado pela riqueza da documentação da Mesa da Consciência e Ordens entre 1808 e 1828 – documentação que, podemos supor, poderia se prestar a objeto de uma história-narração –, Guilherme Pereira das Neves chegou a uma história-problema, despertado pelo exemplo dos ex-votos com que se deparou, por acaso, no Museu da Arquidiocese de Olinda. A “poeira de detalhes disponíveis” na documentação da Mesa ganhou um sentido em virtude da criação intelectual do historiador. E como despertar para o exemplo dos ex-votos? Conhecendo outras produções historiográficas e reflexões teóricas, que permitem entender o passado não como uma sucessão de fatos reais, escolhidos e ordenados num sentido teleológico (NEVES 2011, p. 36), mas como campo de reflexão. Nesse caso, leituras que opunham a modernidade à tradição, como livros e artigos de Peter Burke, François Furet e Jacques Ozouf, Jack Goody e Ian Watt, mas especialmente, nesse momento, *O desencantamento do mundo* do historiador Marcel Gauchet. Em vez de um mundo desencantado, os ex-votos e as práticas mágicas do catolicismo tradicional levaram Guilherme Pereira das Neves à percepção de que, na virada do século XVIII para o XIX, a cristianização no mundo luso-brasileiro, e em especial na América Portuguesa, era superficial e incompleta, levando ao predomínio da “mentalidade litúrgica” (NEVES 2011, p. 146-147), um dos temas mais recorrentes no livro.

E assim chegamos ao segundo eixo central: a pergunta sobre o que é o Brasil. O capítulo que dá o tom, nesse caso, é o segundo da parte teórica, “Nação, cultura e história: um ensaio desencantado”. O desencantamento do título nada tem a ver com o do mundo, que dá título ao livro de Gauchet. Trata-se do desencantamento do próprio autor – e possivelmente de seus alunos e leitores –, da sensação de estarmos desenraizados e ressentidos, pois, parafraseando o senador Saldanha Marinho, que se referia à República em 1891, não era esse o Brasil, não era essa a universidade, não era essa a escola e não era esse o espaço público dos nossos sonhos. O cerne do capítulo não é esse ressentimento, com certeza, mas a inexistência de uma esfera pública do poder no Brasil, o patrimonialismo. Ele dialoga intensamente com os capítulos da parte prática, suas variações, nos quais essa ideia vai se combinando e sofisticando com outros conceitos e ideias-chave.

A principal preocupação de Guilherme Pereira das Neves nos capítulos da parte prática é entender o que ele chama de “campo de forças das correntes de pensamento” na virada dos séculos XVIII e XIX, ou os “instrumentos mentais” de que as elites luso-brasileiras dispunham nesse período (NEVES 2011, p. 177, 215). Ao contrário da interpretação da historiografia de cunho nacionalista segundo a qual os movimentos rebeldes desde 1789 até 1817 seriam precursores

da independência (NEVES 2011, p. 218-219), as pesquisas de Guilherme Pereira das Neves chamam atenção para o fato de que é preciso sair do dualismo simplista que distingue, nesse momento, entre os partidários da mudança e aqueles que a rejeitavam (NEVES 2011, p. 176). O Seminário de Olinda, inaugurado em 1800, não foi um foco de contestação ao domínio português; seus mentores, professores e alunos tinham forte elo com a ideia de um império luso-brasileiro. Padre Miguelinho, professor de retórica, e Frei Caneca, aluno da cadeira de filosofia e professor de geometria, foram ambos implicados na Revolução de 1817, e, no caso do último, na Confederação do Equador, vindo a ser fuzilados, respectivamente em 1817 e 1825. A análise de seus escritos, contudo, mostra que comungavam de ideias mais próximas do Antigo Regime do que do ideal iluminista (NEVES 2011, p. 152-170). O futuro marquês de Maricá, acusado de participar da Conjuração do Rio de Janeiro de 1794 e encarcerado por dois anos, situa-se, na verdade, “na mesma esfera mental [do visconde] de Cairu” (NEVES 2011, p. 241), que não conseguia pensar na sociedade como associação voluntária de seus membros (NEVES 2011, p. 229) e entendia a “mão invisível do mercado” de Adam Smith como a mão de Deus (NEVES 2011, p. 227-229). O resultado é que, em 1822, continuamos uma nação “presa de um mundo encantado, assentada sobre a base de trabalho escravo e regida por uma elite econômica ignorante e tradicionalista até a medula” (NEVES 2011, p. 174). Uma nação em que, sem dúvida, o emprego da palavra “independência” se generalizou, sem que isso significasse, contudo, “uma nova perspectiva do mundo, pressuposta pelo ingresso na modernidade” (NEVES 2011, p. 311), pois o importante, antes de mais nada, era “restabelecer a ordem rompida” (NEVES 2011, p. 264).²

238

Mais uma vez cabe lembrar a importância do percurso do historiador. O que fazer com nossos objetos? – nesse caso, o universo mental luso-brasileiro da virada dos séculos XVIII e XIX? Precisamos de teorias, de produções de outros historiadores, precisamos conhecer formas de abordagem pertinentes e estudos que permitam compreender o período e o contexto. Fica claro, nos capítulos da parte prática, que a história cultural, a hermenêutica, a nova história política e a história dos conceitos podem ajudar (NEVES 2011, p. 177-178). O mesmo vale para alguns conjuntos de ideias: as “linguagens políticas”, de John Pocock (NEVES 2011, p. 250); os “idiomas”, de Michael Oakeshott (NEVES 2011, p. 224-226); a “tradição” de Hans-Georg Gadamer (NEVES 2011, p. 178, 209-210, 252), e as dimensões “moral” e “política” que Reinhart Koselleck identifica no período 1750-1850 (NEVES 2011, p. 272-273).

Todas essas abordagens e ideias fornecem instrumentos para lidar com as fontes e ouvir o que elas têm a dizer. O historiador escolhe seus objetos e descobre suas fontes – isso é parte de seu trabalho intelectual e de sua criação. Os estudos de Guilherme Pereira das Neves mostram que é fundamental deixar-se surpreender, ouvir o que não se imagina ouvir. E aqui talvez esteja

² O último capítulo, “Independência e liberdade sem liberalismo: Brasil, c. 1777-1870” (NEVES 2011, p. 281-311), foi escrito em coautoria com Lúcia M. Bastos P. Neves.

um exercício dos mais difíceis: deixar de pensar no nosso universo mental como o único possível e reconhecer a possibilidade de outros mundos. Como ensinar isso aos nossos alunos, nas escolas e universidades?

Para entender o pano de fundo luso-brasileiro da virada dos séculos XVIII para o XIX, foi preciso estar alerta para o “mundo que perdemos”, como o historiador inglês Peter Laslett chama o Antigo Regime (NEVES 2011, p. 262). Entre as práticas que perdemos, ou das quais nos separamos, Guilherme Pereira das Neves cita as “intrigas” e “conversas” na península itálica no fim da Idade Média, estudadas por Christopher Wickham; as “murmurações” do dia a dia dos habitantes da América portuguesa, estudadas por David Higgs e Donald Ramos; os espaços públicos de sociabilidade, em contraposição à esfera privada de poder, na corte absolutista, de que falam Habermas e Koselleck, e o caráter tradicional de movimentos rebeldes estudados por autores como Georges Lefebvre e E. P. Thompson, movimentos que buscavam o retorno a uma ordem única e eterna (NEVES 2011, p. 262-263). Tudo isso para lembrar que, no Antigo Regime, a política não se regia pelos mesmos princípios que se implantaram a partir da Revolução Francesa e que, para os habitantes da cidade colonial, “a vida transcorria como uma liturgia” (NEVES 2011, p. 263-264).

É sobre esse pano de fundo que Guilherme Pereira das Neves analisa suas fontes. Muitas são privilegiadas, como as duas que analisa no terceiro capítulo da parte prática: a “Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da costa da África”, de Azeredo Coutinho, publicada pela primeira vez em 1798, e o parecer contrário à mesma “Análise”, dado pelo também clérigo Antônio Ribeiro dos Santos à Real Mesa Censória, em 1806. Trata-se, como observa Guilherme Pereira das Neves, de episódio da dimensão do “encontro” de que fala Peter Burke, como ocasião favorável para que o historiador verifique tensões e diferenças entre culturas – nesse caso, entre possíveis linguagens políticas distintas (NEVES 2011, p. 181). A complexidade do período exige, segundo o autor, “um esforço redobrado para traçar o campo de força das correntes de pensamento presentes naquele momento” (NEVES 2011, p. 177). Depois de identificar as diferentes “tradições” em que ambos estavam inseridos – Azeredo, sob influência dos autores jesuíticos da segunda escolástica (NEVES 2011, p. 209), repelia os novos filósofos (NEVES 2011, p. 200), e Ribeiro dos Santos caminhava em direção à defesa do “bem comum” (NEVES 2011, p. 198) e estava mais próximo da escola do “direito natural” (NEVES 2011, p. 209) –, Guilherme Pereira das Neves deixa claro que nenhum dos dois abraçava as ideias liberais e que, no fundo, ainda que com perspectivas diferentes, ambos toleravam a escravidão. A análise dos textos permite identificar “o lugar ainda central ocupado pela religião, a dificuldade de projetar o futuro e o manejo [das] variadas linguagens políticas [...] à maneira de uma espécie de *bricolage*”, limites que os dois autores legaram para as gerações futuras (NEVES 2011, p. 215).

Estar aberto para ouvir o “mundo que perdemos” é fundamental nesse processo. É preciso usar estratégias de investigação para lidar com o pensamento de um agente ou grupo em dado momento, diz Guilherme Pereira das Neves. Entre elas estão, como já foi dito, as linguagens políticas (Pocock e Quentin

Skinner) e a história dos conceitos (Koselleck). O importante é lidar com esse objeto histórico (o pensamento) “sem escorregar no terreno estéril das influências e oposições”, “sem criar um vetor que aponte etnocentricamente para o presente” e sem cair na armadilha de atribuir-lhe “uma identidade *a priori*, frequentemente escondida pelo nome de ideologia” (NEVES 2011, p. 251). Como é esse o objeto escolhido por Guilherme Pereira das Neves, podemos dizer que seu livro é também sobre como estudar historicamente o(s) pensamento(s).

As escolhas dos historiadores são, como não poderia deixar de ser, políticas; elas são tomadas em função do presente, da necessidade de interlocução com seus contemporâneos, sejam eles seus pares ou não. Como diz Gadamer, na epígrafe escolhida para abrir o capítulo sobre as máximas do marquês de Maricá, o quarto da parte prática: “For what is historical reflection other than the continual self-correction of the present consciousness?” (NEVES 2011, p. 217). O procedimento hermenêutico, diz Guilherme Pereira das Neves mais para o meio desse capítulo, “não está voltado para o conhecimento do passado – embora fundamentado no impulso para buscá-lo – mas, sim, para o exame dos pré-conceitos que formam a tradição que define o historiador, em função da interpelação que as vozes de outras tradições, presentes em suas fontes, lhe trazem” (NEVES 2011, p. 252). Talvez seja essa complexidade da posição do historiador que Guilherme Pereira das Neves procura fixar ao escolher o quadro “Gilles” de Antoine Watteau para a capa de seu livro, contrapondo-o à perspectiva sobre a história que Walter Benjamin enxerga no “Angelus Novus” de Paul Klee. “Gilles” assinala, não a história, diz Guilherme Pereira das Neves, mas “a nossa consciência histórica” (NEVES 2011, p. 122-123, 103-104).

A regulamentação da profissão de historiador não implica, de forma alguma, como algumas vozes críticas têm levantado, uma “reserva de mercado” do passado para os historiadores. Todos podem e devem continuar podendo falar sobre o passado. Ocorre que a perspectiva do historiador pressupõe uma série de procedimentos e requisitos que nem todos os que falam sobre o passado estão dispostos a percorrer. O processo de aprendizado do historiador com suas fontes, diz Guilherme Pereira das Neves, “implica num esforço sem fim de aprofundamento e em resultados que não podem ser definidos como propriamente *científicos* através de um método cartesiano, mas sim, como uma atualização da consciência que se tinha do problema ao partir” (NEVES 2011, p. 252). Isso significa, como já foi dito, saber escolher e usar estratégias de investigação. Significa também, como exaustivamente debatido no primeiro capítulo, abrir-se para as ciências sociais, tomando-lhes hipóteses de empréstimo, sem evidentemente perder de vista que a “duração”, “categoria na qual o historiador naturalmente respira”, é o específico da história (NEVES 2011, p. 26, 37-39). Como é específico não só da história, mas das “disciplinas do espírito” como um todo, a busca da diversidade (e menos do consenso, que é o que buscam as ciências naturais) (NEVES 2011, p. 63). As ciências do espírito também lidam, direta ou indiretamente, “com o próprio poder”, “que só faz sentido e só pode exercer-se por meio desse mundo social que são elas que criam e têm a possibilidade de criticar” (NEVES 2011, p. 64). Daí a importância

de termos consciência de que tomamos parte dos, representamos e somos representados pelos “eventos e desencontros à nossa volta”, do mesmo modo que o pierrô Gilles no proscênio do quadro de Watteau, que nos fita e, com seu olhar, nos torna implicados na cena (NEVES 2011, p. 123).

O livro de Guilherme Pereira das Neves é uma excelente oportunidade de verificarmos, na prática, que o campo da história não é para amadores. Mas também não está reservado a eruditos em suas torres de marfim. O caminho está na partilha dialógica com alunos e pares. “A educação é educar-se”, diz Gadamer, como citado por Guilherme Pereira das Neves (NEVES 2011, p. 13). O diabo é conseguirmos tempo e condições de aprendizado e partilha nas nossas escolas e universidades!